



ES CRAVO, NEM PENSAR!

EXPERIÊNCIAS COMUNITÁRIAS DE COMBATE
AO TRABALHO ESCRAVO E AO TRÁFICO DE PESSOAS



FUNDO DE APOIO A
PROJETOS DO PROGRAMA
ES CRAVO, NEM PENSAR!

2013



EXPEDIENTE

REPÓRTER BRASIL

ORGANIZAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E PROJETOS SOCIAIS

PRESIDENTE Leonardo Sakamoto

CONSELHO DIRETIVO Claudia Carmello Cruz, Fernanda Sucupira Gomes, Julián Miguel Barbero Fuks, Paula Monteiro Takada, Rodrigo Pelegrini Ratier

CONSELHO FISCAL Beatriz Costa Barbosa, João Caldeira Brant Monteiro de Castro, Luiz Guilherme Barreiros Bueno da Silva

COORDENADORES DE PROGRAMAS Daniel Santini (Agência de Notícias), Marcel Gomes (Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis), Natália Sayuri Suzuki (Escravo, nem pensar!)

DEPARTAMENTO FINANCEIRO Fabiana Garcia, Angélica Costa, Edilene Cruz e Tatiana Couto

ASSISTENTE FINANCEIRA Maia Fortes

EXPERIÊNCIAS COMUNITÁRIAS DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E AO TRÁFICO DE PESSOAS 2013

EQUIPE DO ESCRAVO, NEM PENSAR! Natália Suzuki (coordenadora); Marina Falcão, Thaís Favoretto e Thiago Casteli (educadores); Fernanda Broggi (estagiária).

EDIÇÃO Natália Suzuki

REDAÇÃO Marina Falcão

PROJETO GRÁFICO Gabi Juns

FOTOS Projetos comunitários 2013

APOIO Ministério Público do Trabalho

www.reporterbrasil.org.br / www.escravonempensar.org.br

Impresso por Indústria Gráfica Itu LTDA

1 mil exemplares / Distribuição gratuita 2013

Todo conteúdo da Repórter Brasil pode ser copiado e distribuído, desde que citada a fonte.

Copyright – licença Creative Commons 2.0

APRESENTAÇÃO

Anualmente, o *Escravo, nem pensar!*, programa de educação da ONG Repórter Brasil, apoia projetos de combate ao trabalho escravo e tráfico de pessoas por meio do seu Fundo de Apoio a Projetos, que desde de 2007 já incentivou 95 projetos em nove estados brasileiros com recursos de até R\$ 1,5 mil para cada ação.

Em 2013, consideramos oportuno e relevante dar destaque à questão da migração. Assim o edital de 2013 seguiu a temática *Trabalho e Migração: formas de combate ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas*.

Ainda que a Declaração Universal de Direitos Humanos garanta o direito de locomoção das pessoas, a migração nem sempre acontece de forma espontânea e pode estar associada a graves violações de direitos humanos.

Sabemos que uma das motivações de as pessoas partirem de seus lugares de origem é a busca por melhores condições de vida. Quando uma pessoa se encontra em situação socioeconômica precária, ela se torna mais vulnerável a situações de exploração. Sem opções, é muito provável que aceite um trabalho, sem questionar muito, sem ter certeza de que seus direitos serão respeitados e quais serão, de fato, os seus deveres. Assim, milhares de trabalhadores deixam para trás suas famílias, amigos e história, ludibriados por propostas de emprego sedutoras e enganosas.

O intuito de dedicar o 7º Fundo de Apoio a Projetos do Escravo, nem pensar! a projetos que abordem a migração tem, portanto, como objetivo apoiar ações que possam colaborar para que as pessoas migrantes realizem essa empreitada de forma segura e que essa, de fato, seja uma escolha e não uma obrigação pela sobrevivência. Por outro lado, também temos como objetivo incentivar iniciativas que tragam melhorias para o local de origem para evitar que as pessoas saiam de suas cidades forçadamente.

Nas próximas páginas, você poderá conhecer as 14 experiências comunitárias de 11 municípios em sete estados brasileiros, que buscaram problematizar a questão da migração nos contextos onde foram desenvolvidas.

Boa leitura!

“Toda pessoa tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado.

“Toda pessoa tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.

Artigo XIII da Declaração Universal de Direitos Humanos

página 3

APRESENTAÇÃO

PROJETOS

BAHIA

IBOTIRAMA ALTERNATIVAS DE SOBREVIVÊNCIA NO SEMIÁRIDO: ESCRAVO, NEM PENSAR!

6

MARANHÃO

DOM PEDRO MIGRAÇÃO E TRABALHO: A BUSCA DE UM SONHO, A DIGNIDADE!

8

MINAS GERAIS

ARAÇUAÍ ÁGUA, TRABALHO E MIGRAÇÃO: FORMANDO LIDERANÇAS CONTRA O TRABALHO ESCRAVO

10

MATO GROSSO

JANGADA PENSANDO E EDUCANDO PARA A PREVENÇÃO AO TRÁFICO DE PESSOAS E AO TRABALHO ESCRAVO

12

NOBRES SOCIEDADE LIBERTADORA: ESCRAVO, NEM MEU PENSAMENTO!

14

PARÁ

ELDORADO DOS CARAJÁS TRABALHO, CIDADANIA E CULTURA

16

MAPA DOS PROJETOS

ELDORADO DOS CARAJÁS O TRABALHO DEGRADANTE NAS CERÂMICAS E O PREJUÍZO AO MEIO AMBIENTE

20

ELDORADO DOS CARAJÁS ESCRAVO, NEM PENSAR

22

PALESTINA DO PARÁ POVO INFORMADO, POVO MENOS ESCRAVIZADO

24

PIAUÍ

PICOS UM GRITO PELA VIDA

28

TERESINA CIDADANIA E PREVENÇÃO AO TRÁFICO DE PESSOAS E AO TRABALHO ESCRAVO

26

30

TOCANTINS

ARAGUAÍNA LIBERDADE VEM E CANTA

32

NOVA OLINDA JUVENTUDE, TRABALHO E LIBERDADE

34

NOVA OLINDA TRABALHO CONSCIENTE GERA RENDA

36



ALTERNATIVAS DE SOBREVIVÊNCIA NO SEMIÁRIDO: ESCRAVO, NEM PENSAR



IBOTIRAMA – BA

QUEM REALIZOU

Escola Municipal Profª Maria Joaquina Simões

CONTEXTO

Localizado às margens do Rio São Francisco, no oeste baiano, o município de Ibotirama tem como principais atividades econômicas a agricultura, pesca e pecuária. Porém, essas atividades, muitas vezes, não são suficientes para garantir o sustento das famílias da região. Com a percepção de que muitos pais e jovens deixam seus lares em busca de emprego e melhores condições de vida, os professores da escola Maria Joaquina Simões desenvolveram ações com o objetivo de informar alunos e pais sobre os riscos trabalho escravo contemporâneo e sobre a possibilidade de empreender alternativas de geração de renda.

PARTICIPAÇÃO DO PODER PÚBLICO E INICIATIVAS LOCAIS

As ações do projeto buscaram relacionar diferentes assuntos como meio ambiente, geração de renda e trabalho escravo e envolver alunos, pais e comunidade. Nas dependências da escola e com a parceria de instituições públicas como a Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura e também da Comissão Pastoral da Terra, ocorreram palestras sobre essas temáticas.

Para chamar a atenção da população para o tema e para divulgar o projeto, a escola organizou um desfile pelas ruas da cidade, com faixas, camisetas e carro de som. Os alunos usaram figurinos representando o Rio São Francisco, os pescadores, a fauna e flora bem como o trabalho realizado nas oficinas com as alunas vestidas de boneca de pano.

Como complemento à discussão sobre agricultura familiar, os alunos aprenderam técnicas de manejo e ajudaram a implementar uma horta escolar auxiliados por um técnico da Secretaria de Agricultura. Para incentivá-los a reduzir e a reutilizar o lixo que produzem, eles participaram de uma oficina de brinquedos produzidos a partir de sucatas.

MÃES E GERAÇÃO DE RENDA

Com o objetivo de desenvolver alternativas de geração e complemento da renda, as professoras da escola realizaram oficinas de confecção de bolsas de juta e bonecas de pano para as mães dos alunos. Com a iniciativa, espera-se dar a elas a oportunidade de comercializarem a sua produção e, assim, diminuir a migração forçada de membros de suas famílias.



MIGRAÇÃO E TRABALHO: A BUSCA DE UM SONHO, A DIGNIDADE!



DOM PEDRO – MA

QUEM REALIZOU

Escola Municipal Pedro I

CONTEXTO

O município de Dom Pedro localiza-se no Maranhão, estado de origem da maior parte dos trabalhadores libertados do trabalho escravo contemporâneo. Nos últimos tempos, Dom Pedro e demais municípios vizinhos têm recebido empresas de exploração de gás natural, o que tem atraído inúmeros trabalhadores para a região. Diante das recentes mudanças no município, a Escola Municipal Pedro I, localizada na zona rural, realizou o projeto a fim de informar alunos, professores e a população da existência da escravidão contemporânea no Brasil e como ela se apresenta atualmente.

ENGAJAMENTO DO CORPO ESCOLAR E OUTROS ESPAÇOS DE CONHECIMENTO

Toda a comunidade escolar se comprometeu com a execução das atividades do projeto realizadas com os 50 alunos da escola, do ensino infantil ao quinto ano. O tema do trabalho escravo foi abordado em sala de aula nas disciplinas de História, Ciências, Português e Matemática e em atividades extracurriculares.

No dia 7 de setembro, a escola realizou uma caminhada pelas ruas do município, na qual os alunos chamaram a atenção da população sobre o tema e distribuíram os panfletos informativos que produziram. Foi feita ainda uma palestra sobre trabalho escravo e direitos humanos para o público em geral, o qual foi estimulado a contribuir com suas opiniões e dúvidas para o debate.

O projeto foi finalizado com a culminância na Praça Principal do bairro Pedro I, onde os alunos apresentaram, por meio de músicas e dramatizações, os materiais produzidos com base em pesquisas e em entrevistas feitas com os seus familiares sobre o tema do trabalho escravo contemporâneo.



PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E APRESENTAÇÕES

Os alunos construíram uma horta nas dependências da escola, foram a sessões de cinema e produziram materiais sobre o tema de trabalho escravo: paródias, textos dissertativos, maquetes, desenhos, cartazes e panfletos. Além disso, tiveram a oportunidade de visitar a biblioteca Farol da Educação para colherem informações sobre trabalho escravo e temas correlatos, como reforma agrária e distribuição de renda. O espaço é destinado também para incentivar a leitura, complementar o ensino da escola, promover a cultura, a arte e o lazer. Como a escola se localiza na zona rural, a visita ao Farol da Educação permitiu que alguns alunos visitassem a parte urbana da cidade pela primeira vez.

ÁGUA, TRABALHO E MIGRAÇÃO: FORMANDO LIDERANÇAS CONTRA O TRABALHO ESCRAVO



ARAÇUAÍ – MG

QUEM REALIZOU

Serviço Pastoral dos Migrantes – SPM

CONTEXTO

O Vale do Jequitinhonha, onde se localiza o município de Araçuaí, apesar de possuir um rico patrimônio histórico e cultural e intensa atividade mineradora, é uma das regiões mais pobres do estado de Minas Gerais. A falta de acesso à água e de recursos para alavancar a produção das pequenas propriedades leva muitos moradores a migrar para outros estados do país, principalmente São Paulo, onde trabalham no corte de cana, nas colheitas de café e laranja e na construção civil. Tendo em vista a migração forçada, o Serviço Pastoral dos Migrantes buscou, junto à comunidade Córrego Narciso, formar lideranças a fim de mobilizar os moradores na luta pelo acesso à água e na busca por alternativas de geração de renda e, assim, evitar a migração forçada.

MOBILIZAÇÃO PELO DIREITO À ÁGUA

A equipe responsável pelo projeto se reuniu com os moradores de diferentes comunidades rurais de Araçuaí para levantar as demandas relativas ao acesso à água, à terra e ao trabalho e, a partir daí, definir as ações a serem empreendidas. A atividade foi importante, pois as comunidades puderam perceber que enfrentam os mesmos problemas e que são necessárias ações conjuntas para superar as dificuldades. A comunidade Córrego Narciso marcou uma audiência com a Secretaria de Agricultura do município para discutir os problemas relacionados ao acesso à água. Os moradores reivindicaram junto às autoridades públicas o encanamento e desvio da água da barragem construída a cinco quilômetros da comunidade, bem como o seu tratamento para o consumo e a irrigação de plantações, já que a água dos poços artesanais é imprópria por ser salobra.



PRESERVAÇÃO DA CULTURA POR MEIO DO RESGATE DA HISTÓRIA

Com o objetivo de resgatar a história da comunidade para fortalecer sua identidade, cultura e tradição, foram feitas discussões com os moradores, que relataram as suas experiências e contaram histórias de vida. Por meio desse exercício, a comunidade, então, reconheceu-se quilombola. Esse foi o primeiro passo para requererem o pedido de reconhecimento oficial por parte do Estado, o qual foi enviado à Fundação Cultural Palmares e respaldado por um estudo antropológico realizado por um professor da Universidade Federal de Minas Gerais.

Outras atividades foram feitas para valorizar a identidade da comunidade como a oficina de plantas medicinais, na qual os moradores reconheceram as plantas que podem ser usadas para tratar doenças e aprenderam como fabricar remédios naturais.

PENSANDO E EDUCANDO PARA A PREVENÇÃO AO TRÁFICO DE PESSOAS E AO TRABALHO ESCRAVO



JANGADA – MT

QUEM REALIZOU

Escola Estadual do Campo Damião Mamedes do Nascimento

CONTEXTO

A escola do campo Damião Mamedes do Nascimento localiza-se na comunidade Mutum, zona rural do município de Jangada. É bastante comum trabalhadores rurais, principalmente homens e jovens, deixarem suas comunidades para trabalhar em fazendas no norte do estado ou nos latifúndios criadores de gado da região em busca de melhores condições de vida. Por esse motivo, muitos jovens acabam abandonando a escola; a falta de informação acaba tornando-os mais vulneráveis à exploração laboral e ao trabalho escravo. Diante disso, a escola procurou levar informações, mobilizar alunos e comunidades rurais do entorno escolar na luta contra o trabalho escravo.

ESTUDAR PARA INFORMAR

As primeiras atividades do projeto aconteceram em sala de aula com os alunos do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Auxiliados pelos professores, os alunos realizaram pesquisas bibliográficas e assistiram e debateram vídeos sobre o tema do trabalho escravo e do tráfico de pessoas que foram abordados nas disciplinas de Português, Matemática, Sociologia, Biologia e Geografia.

Preocupada com que as informações chegassem às comunidades rurais da região e que os alunos se mobilizassem e protagonizassem ações de combate ao trabalho escravo, a equipe pedagógica programou uma série de palestras nas comunidades rurais Quilombo, Raizama, Ribeirão Acima e nas escolas estaduais Maximiana do Nascimento e Benedita Augusta Lemes, além da própria escola que sediou o projeto.



INFORMAR PARA PREVENIR

Em cada um desses espaços, as palestras foram dadas pelos próprios alunos, que também apresentaram a peça de teatro e paródias sobre o tema produzidas por eles, seguidas de debates. O projeto se encerrou com a apresentação de um júri que simulou um julgamento de um caso de trabalho escravo.

As atividades do projeto foram recebidas com entusiasmo pelas comunidades que prepararam o local das apresentações e contribuíram com depoimentos sobre as condições de trabalho nas fazendas. Como resultado, já foram realizadas três denúncias de trabalho escravo no município por meio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

SOCIEDADE LIBERTADORA: ESCRAVO, NEM MEU PENSAMENTO!



NOBRES – MT

APRENDIZADO PARA ALÉM DOS MUROS DA ESCOLA

Fora da escola, os alunos puderam observar alguns elementos discutidos em sala de aula. Foi feita uma visita a uma comunidade quilombola com o intuito de aproximá-los a outras culturas, formas de organização social e resistência de comunidades tradicionais. Outra atividade teve como objetivo conhecer as condições de trabalho e de vida de trabalhadores da indústria de cimento e das empresas de energia, um grupo de alunos visitou os alojamentos dos trabalhadores temporários e os entrevistaram. Os trabalhadores deram informações sobre os seus locais de origem, idade, escolaridade etc. No entanto, alguns foram resistentes em responder as questões relacionadas às condições de trabalho e aos salários. Com os dados em mãos, os alunos construíram gráficos e tabelas que foram expostos na Feira Cultural.

QUEM REALIZOU

Escola Estadual Professor Nilo Póvoas

CONTEXTO

O município de Nobres, localizado a 120 quilômetros da capital Cuiabá, tem como principais atividades econômicas a indústria de cimento e calcário. Há também frigoríficos, que atendem às fazendas de gado da região e empregam vários moradores, dentre os quais, muitos estão submetidos a altas cargas horárias de trabalho e a um esforço físico brutal. Diante disso e da alta evasão escolar dos alunos pela necessidade de complemento de renda, a Escola Estadual Nilo Póvoas desenvolveu ações com o objetivo de informar alunos e a comunidade sobre o tema do trabalho, com o foco no trabalho escravo contemporâneo.

COMPREENDENDO A ESCRAVIDÃO

O projeto foi inaugurado com uma palestra sobre trabalho escravo contemporâneo, realizada na Câmara Municipal por um advogado do município e o Conselho Tutelar para a qual foram convidados alunos, pais e comunidade.

Em sala de aula, o trabalho escravo contemporâneo ganhou tratamento interdisciplinar. Os professores de Sociologia e Filosofia promoveram debates sobre o conceito dessa violação de direitos humanos com os alunos. Já os professores de História montaram uma linha do tempo da escravidão no Brasil, e os de Geografia mapearam as regiões onde a prática é mais frequente. Em Matemática, foram elaboradas pesquisas, tabulação de dados e construção de gráficos.

Na Feira Cultural promovida pela escola, alunos e professores montaram um stand sobre a temática, no qual apresentaram suas produções para a população, como cartazes, panfletos, histórias em quadrinhos e textos dissertativos. Também foi exibido um vídeo de um recital com paródias e poemas interpretados pelos alunos.



TRABALHO, CIDADANIA E CULTURA



ELDORADO DOS CARAJÁS – PA

QUEM REALIZOU

Escola Municipal de Ensino Fundamental Francilândia

CONTEXTO

Localizado no sudeste do Pará, o município de Eldorado dos Carajás recebeu um enorme contingente de garimpeiros nos 1980. Hoje, mesmo com a concentração de reservas minerais grandiosas e fazendas de gado no município, muitos trabalhadores partem em busca de melhores empregos e condições de vida em outras cidades. Diante dessa situação, professores da escola municipal apresentaram um projeto, com o objetivo de despertar alunos e comunidade para as violações trabalhistas e para os riscos da migração forçada. Por meio de atividades, buscaram informar sobre direitos e deveres de um cidadão crítico e participativo.

DESPERTAR PARA A REALIDADE

Antes de iniciarem as atividades em sala de aula, os professores participaram de uma formação sobre trabalho escravo contemporâneo, direitos trabalhistas e trabalho digno, conduzida pelos professores responsáveis pelo projeto. A partir daí, todos os docentes puderam abordar diversos temas - exploração do trabalho, trabalho infantil, violência urbana e rural, exploração sexual e trabalho escravo - em sala de aula com os seus alunos do sexto ao nono ano.

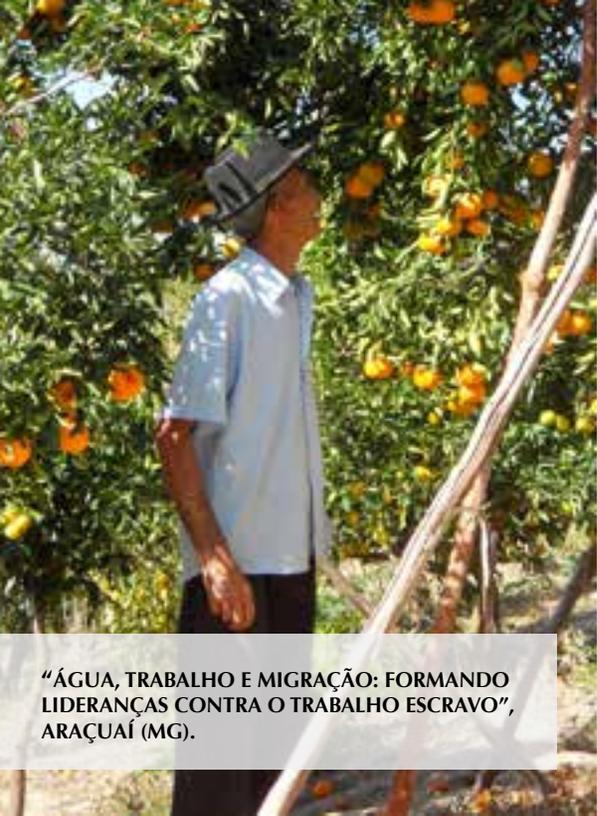
Para chamar a atenção para a realidade local, os professores auxiliaram os alunos a realizar uma pesquisa de campo no conselho tutelar do município, cujo objetivo foi o levantamento de informações sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes. Também foi realizada uma pesquisa sobre trabalho infantil e exploração do trabalho com alguns moradores da comunidade. Os dados das duas investigações foram sistematizados em sala de aula e expostos na escola. Os alunos também puderam retratar artisticamente o que viram e aprenderam com essas atividades por meio de desenhos, cartazes, textos dissertativos, paródias, peças teatrais e danças.



O USO DO ESPAÇO PÚBLICO PARA O COMBATE DO TRABALHO ESCRAVO

Com o objetivo de envolver a comunidade, foi realizada a Caminhada da Cidadania pelas ruas da cidade. Para ocasião, os professores elaboraram panfletos informativos sobre trabalho escravo, que foram distribuídos pelos alunos para a população. Para chamar a atenção do público, um carro de som tocava músicas sobre o tema, os professores vestiam camisetas do projeto e os alunos carregavam faixas e cartazes sobre as violações trabalhadas em sala de aula.

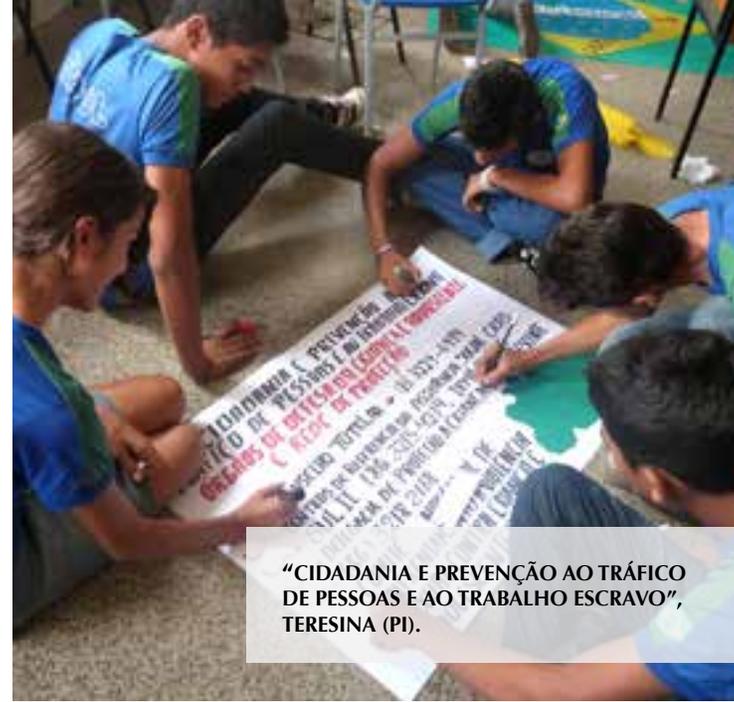
No espaço da igreja, foi realizada uma palestra sobre legislação trabalhista e trabalho escravo por um advogado do município para alunos e comunidade. A culminância do projeto ocorreu no pátio da escola, onde os alunos expuseram seus trabalhos e realizaram apresentações artísticas para a população.



“ÁGUA, TRABALHO E MIGRAÇÃO: FORMANDO LIDERANÇAS CONTRA O TRABALHO ESCRAVO”, ARAÇUAÍ (MG).



“JUVENTUDE, TRABALHO E LIBERDADE”, NOVA OLINDA (TO).



“CIDADANIA E PREVENÇÃO AO TRÁFICO DE PESSOAS E AO TRABALHO ESCRAVO”, TERESINA (PI).



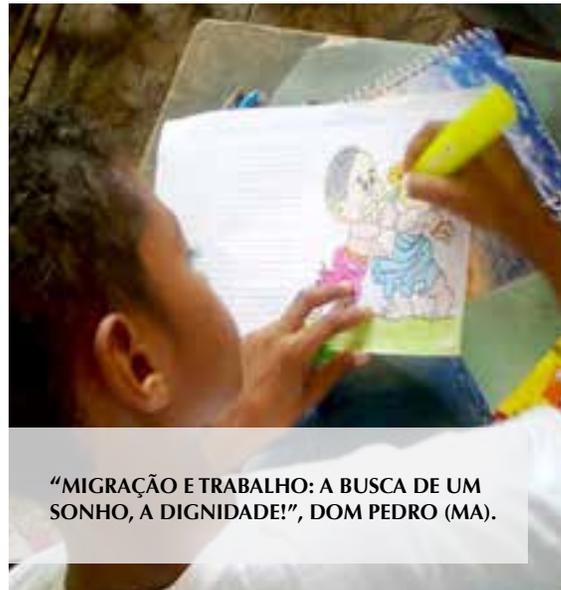
“POVO INFORMADO, POVO MENOS ESCRAVIZADO”, PALESTINA DO PARÁ (PA).



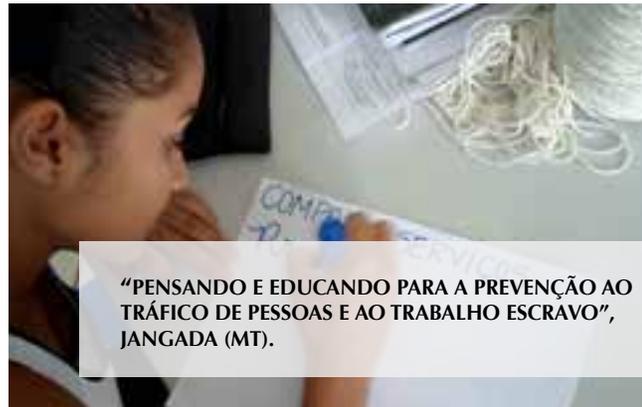
“LIBERDADE VEM E CANTA”, ARAGUAÍNA (TO).



“TRABALHO CONSCIENTE GERA RENDA”, NOVA OLINDA (TO).



“MIGRAÇÃO E TRABALHO: A BUSCA DE UM SONHO, A DIGNIDADE!”, DOM PEDRO (MA).



“PENSANDO E EDUCANDO PARA A PREVENÇÃO AO TRÁFICO DE PESSOAS E AO TRABALHO ESCRAVO”, JANGADA (MT).



“ALTERNATIVAS DE SOBREVIVÊNCIA NO SEMIÁRIDO: ESCRAVO, NEM PENSAR!”, IBOTIRAMA (BA).



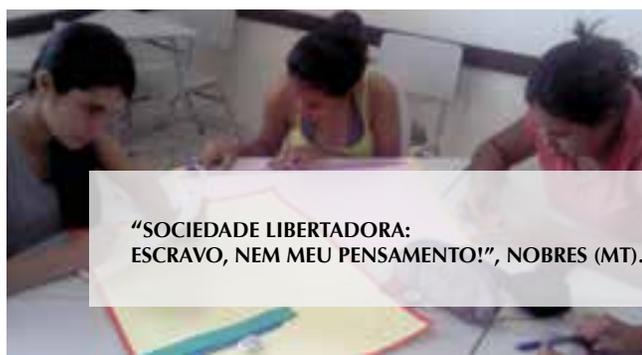
“TRABALHO, CIDADANIA E CULTURA”, ELDORADO DOS CARAJÁS (PA).



“O TRABALHO DEGRADANTE NAS CERÂMICAS E O PREJUÍZO AO MEIO AMBIENTE”, ELDORADO DOS CARAJÁS (PA).



“ESCRAVO, NEM PENSAR”, ELDORADO DOS CARAJÁS (PA).



“SOCIEDADE LIBERTADORA: ESCRAVO, NEM MEU PENSAMENTO!”, NOBRES (MT).



“UM GRITO PELA VIDA”, PICOS (PI).

ES CRAVO, NEM PENSAR!

2013

BAHIA

IBOTIRAMA ALTERNATIVAS DE SOBREVIVÊNCIA NO SEMIÁRIDO: ESCRAVO, NEM PENSAR!

MARANHÃO

DOM PEDRO MIGRAÇÃO E TRABALHO: A BUSCA DE UM SONHO, A DIGNIDADE!

MINAS GERAIS

ARAÇUAÍ ÁGUA, TRABALHO E MIGRAÇÃO: FORMANDO LIDERANÇAS CONTRA O TRABALHO ESCRAVO

MATO GROSSO

JANGADA PENSANDO E EDUCANDO PARA A PREVENÇÃO AO TRÁFICO DE PESSOAS E AO TRABALHO ESCRAVO

NOBRES SOCIEDADE LIBERTADORA: ESCRAVO, NEM MEU PENSAMENTO!

PARÁ

ELDORADO DOS CARAJÁS TRABALHO, CIDADANIA E CULTURA

ELDORADO DOS CARAJÁS O TRABALHO DEGRADANTE NAS CERÂMICAS E O PREJUÍZO AO MEIO AMBIENTE

ELDORADO DOS CARAJÁS ESCRAVO, NEM PENSAR

PALESTINA DO PARÁ POVO INFORMADO, POVO MENOS ESCRAVIZADO

PIAUI

PICOS UM GRITO PELA VIDA

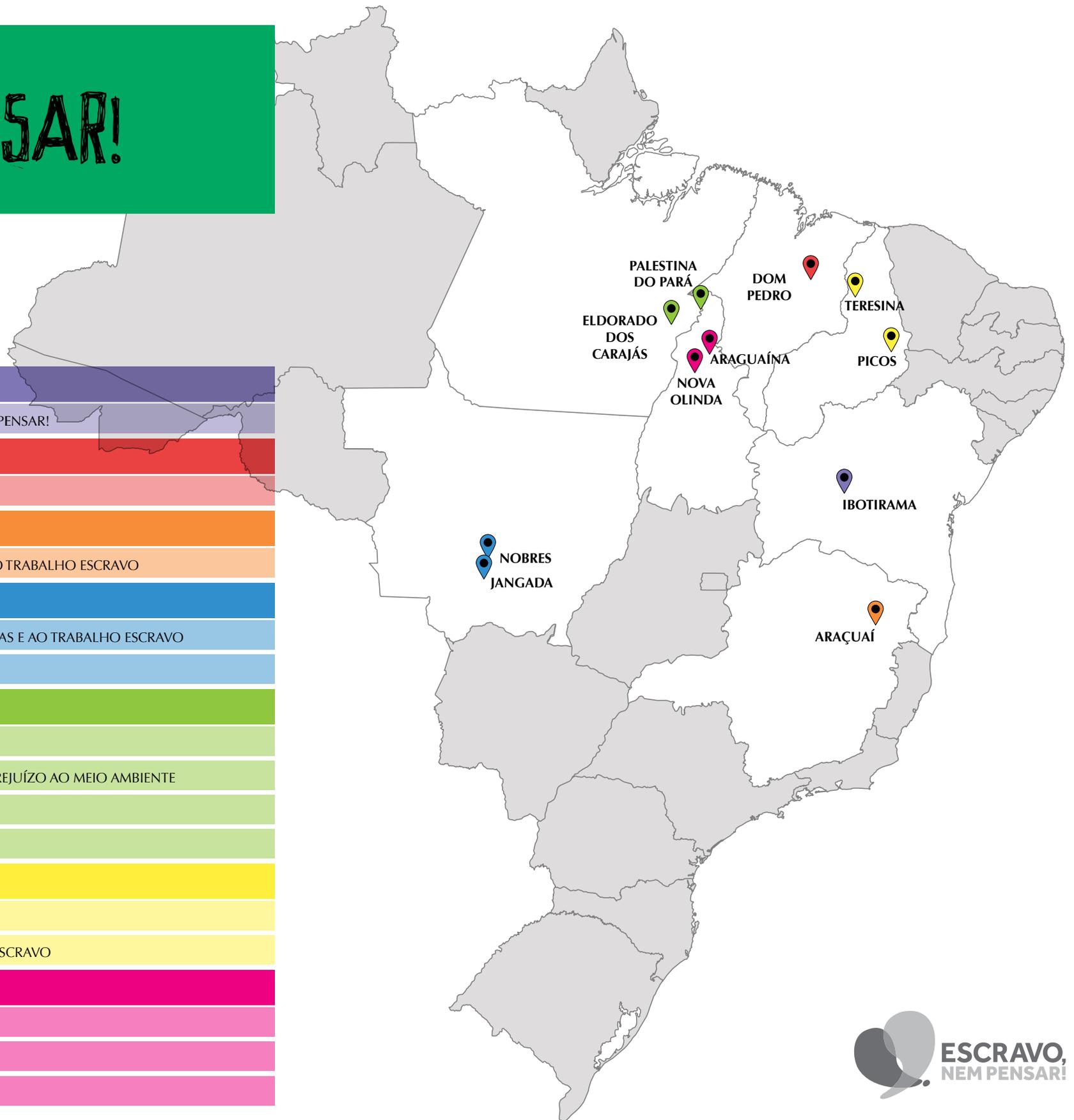
TERESINA CIDADANIA E PREVENÇÃO AO TRÁFICO DE PESSOAS E AO TRABALHO ESCRAVO

TOCANTINS

ARAGUAÍNA LIBERDADE VEM E CANTA

NOVA OLINDA JUVENTUDE, TRABALHO E LIBERDADE

NOVA OLINDA TRABALHO CONSCIENTE GERA RENDA



O TRABALHO DEGRADANTE NAS CERÂMICAS E O PREJUÍZO AO MEIO AMBIENTE



ELDORADO DOS CARAJÁS – PA

QUEM REALIZOU

Escola Municipal de Ensino Fundamental Joécio Barbalho

CONTEXTO

As indústrias mineradora e de cerâmica ocupam importante papel econômico no município de Eldorado dos Carajás. Porém, essas atividades podem vir acompanhadas de violações ambientais e trabalhistas, trazendo enormes prejuízos à população local. Com isso em vista, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Joécio Barbalho procurou discutir de forma contextualizada, com alunos e população, as condições de trabalho nas indústrias cerâmicas do município e a degradação ambiental provocada por este tipo de indústria.

INTERDISCIPLINARIDADE E FORMAS DE EXPRESSÃO

Em sala de aula, temas como trabalho escravo contemporâneo, direitos trabalhistas, migração, tráfico de pessoas, exploração sexual e meio ambiente foram abordados nas disciplinas de Português, História, Geografia, Matemática e Ciências pelos professores, que buscaram não só informar os alunos, mas também sensibilizá-los para essas questões com vídeos, conversas com trabalhadores, debates e palestras.

Os alunos puderam expressar o que viram com a elaboração de peça de teatro, cartazes, paródias, textos, poesias, músicas etc. Junto aos professores, eles participaram de uma caminhada pelas ruas da cidade e apresentaram o que produziram ao longo do projeto para toda a comunidade.

A escola se preocupou também com que a informação chegasse diretamente à comunidade. Além de a culminância ser aberta ao público e de distribuírem panfletos informativos, a escola convidou todos a participarem de uma palestra sobre direitos trabalhistas, na qual o público pôde se informar melhor e tirar dúvidas com um advogado do município.

CONHECENDO A REALIDADE DE PERTO

Para conhecerem melhor a dinâmica de trabalho nas indústrias de cerâmica e o processo de produção, os alunos visitaram uma empresa do município, onde realizaram entrevistas com os funcionários. Lá, puderam constatar que, mesmo com o fornecimento de equipamentos individuais de proteção (EPI's), os acidentes são frequentes e que os trabalhadores não têm conhecimento dos seus direitos trabalhistas. Os alunos também ficaram impressionados com o desperdício de recursos naturais, como o barro e a madeira extraída da floresta para a queima do tijolo. O fato de os fornos serem rudimentares e pouco eficientes contribui para o alto consumo de carvão.



ESCRAVO, NEM PENSAR



ELDORADO DOS CARAJÁS – PA

QUEM REALIZOU

Escola Municipal Oziel Alves Pereira

CONTEXTO

Desde 1995, 1.500 famílias do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) ocupavam 40 mil hectares de terra improdutivo em Eldorado dos Carajás. No ano seguinte, em conflito com a Polícia Militar, 19 desses trabalhadores rurais morreram no episódio que ficou conhecido como o Massacre de Eldorado dos Carajás. Após o ocorrido, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) destinou 18 mil hectares para a formação do Assentamento 17 de Abril, cujo nome se refere à data em que ocorreu a tragédia. Tendo em vista o histórico de conflitos fundiários e a vulnerabilidade socioeconômica da comunidade, a Escola Municipal Oziel Alves Pereira, localizada no assentamento, buscou informar alunos e comunidade sobre o tráfico de pessoas e trabalho escravo.

APRENDENDO NO CAMPO

Além da abordagem do tema em sala pelos professores, a equipe pedagógica do projeto se preocupou com que os alunos participassem ativamente do projeto. Eles realizaram visitas a algumas fazendas de gado da região com o objetivo de averiguar a existência de trabalho escravo. Além disso, elaboraram um questionário para levantar junto aos trabalhadores informações acerca das condições de trabalho como alojamento, alimentação, carga horária, salário e carteira de trabalho.

Com os alunos, foram realizados debates, rodas de conversa e palestras para sensibilizá-los sobre o tema. Eles também fizeram pesquisas bibliográficas que ajudaram a compor suas produções: peça de teatro, poemas, poesias, paródias, painéis, faixas, cartazes e panfletos sobre trabalho escravo e tráfico de pessoas.

ESCOLA E COMUNIDADE REUNIDAS

Nas dependências da escola, foi organizada uma grande festa para o encerramento das atividades do projeto e para socializar com a comunidade os trabalhos produzidos pelos alunos. Para o público, houve uma palestra sobre o tema na qual foram apresentados o histórico, os índices, as consequências, os riscos e as ações de prevenção ao trabalho escravo. Em seguida, os alunos realizaram apresentações artísticas, que impressionaram o público presente.



POVO INFORMADO, POVO MENOS ESCRAVIZADO



PALESTINA DO PARÁ – PA

QUEM REALIZOU

Associação do Desenvolvimento Sustentável de Palestina do Pará (ADSUSPP)

CONTEXTO

Localizado às margens do rio Araguaia, no sudeste do Pará, o município de Palestina do Pará apresenta um baixo índice de desenvolvimento humano (IDH), apesar de contar com intensa atividade turística no verão e com grandes fazendas de gado. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra, entre 2003 e 2012, 32 casos de libertações de trabalhadores submetidos ao trabalho escravo ocorreram ali. Dessa forma, a ADSUSPP buscou informar e despertar a população sobre os riscos e as formas de combate ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas por meio de palestras para a população em geral.

ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO PARA PREVENÇÃO

Para se prepararem para as atividades, dirigentes da ADSUSPP e professores do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará (Sintepp) aprofundaram seus conhecimentos sobre migração, trabalho escravo e tráfico de pessoas com leituras de livros, pesquisas na Internet e conversas com moradores e agentes da Comissão Pastoral da Terra. O grupo preparou a metodologia e o material a serem utilizados nas palestras como apostilas, slides, vídeos, panfletos e dinâmicas. Foram realizados encontros para debater como as temáticas se relacionam com a realidade do município e para organizar as ações do projeto.

Com a finalidade de divulgar as informações, o grupo preparou um programa que foi veiculado na rádio comunitária de Palestina do Pará, Cidade FM, pelo qual apresentaram as ações realizadas do projeto e tiraram dúvidas dos ouvintes em relação ao tema do trabalho escravo, tráfico de pessoas e exploração sexual. O projeto contou com parcerias da Pastoral Social e do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde Pública, que ajudaram com a mobilização do público, estudo de materiais e na organização das atividades.

DIÁLOGO PARA O RECONHECIMENTO DAS VIOLAÇÕES E GARANTIA DE DIREITOS

Uma das principais ações da ADSUSPP foi a realização de uma palestra aberta ao público, na qual foi abordado o tema do trabalho escravo. A divulgação do evento foi feita por meio da participação de integrantes da ADSUSPP na caminhada do dia 7 de setembro. Com camisetas do projeto, cartazes, faixas, carro de som e panfletos, o grupo apresentou a ação para a população e para o poder público local.

A palestra, por fim, contou com a participação de trabalhadores rurais, que colaboraram para desnaturalizar as relações de exploração no trabalho. Na ocasião, relataram irregularidades trabalhistas presenciadas frequentemente em fazendas.



UM GRITO PELA VIDA



PICOS – PI

QUEM REALIZOU

Rede Um grito pela vida

CONTEXTO

Localizado no semiárido piauiense, a população do município de Picos sofre no período de estiagem. A falta de políticas públicas voltadas a melhorar a convivência com o semiárido e a assegurar a permanência da população na região leva muitos trabalhadores a migrar para outros estados do país em busca de melhores empregos e condições de vida. No entanto, a inexistência de alternativas de emprego e as condições de miséria em que vivem os levam a aceitar qualquer oferta de emprego, tornando-se vulneráveis ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo. Além disso, o trabalho infantil e a exploração sexual de crianças e adolescentes são violações frequentes na região. Assim, a equipe “Um grito pela vida”, composta por religiosas, um juiz, uma assistente social e uma funcionária do Conselho Tutelar, desenvolveu ações preventivas de informação e educacionais contra o tráfico de pessoas.

APROPRIAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS PARA AÇÕES DE INFORMAÇÃO

Para que as informações chegassem ao maior número de pessoas possível, o grupo elaborou materiais de informação como faixas, banners e panfletos. Para a distribuição do material, foram realizadas panfletagens em praça pública e nas rodoviárias do município. Os integrantes da equipe conversaram com a população e explicaram sobre os perigos e as características do tráfico de pessoas, além de informar os órgãos responsáveis pelo combate e por receber denúncias. O grupo também participou da manifestação “O grito dos excluídos” com camisetas, faixas e cartazes sobre o tema, na qual pôde chamar a atenção das autoridades públicas que participavam do evento.



AÇÕES FORMATIVAS E INFORMATIVAS PARA A DEFESA DE DIREITOS HUMANOS

Além dos espaços públicos, a equipe visitou seis escolas do município onde desenvolveu atividades educativas com alunos da rede pública e particular de ensino. Foram realizadas palestras e rodas de conversa sobre tráfico de pessoas para a exploração sexual, trabalho escravo e remoção de órgãos. Nas dependências das escolas, foram fixados cartazes e distribuídos panfletos informativos sobre o tema que serviram de auxílio às atividades realizadas em sala de aula pelos professores com seus alunos.

O grupo também visitou a comunidade rural São Benedito, localizada à beira da rodovia BR020, onde é comum a prostituição de jovens. Os moradores foram reunidos para uma palestra com o objetivo de informá-los sobre os riscos do tráfico de pessoas e do trabalho escravo e alertá-los para não se tornarem vítimas dessas violações.

CIDADANIA E PREVENÇÃO AO TRÁFICO DE PESSOAS E AO TRABALHO ESCRAVO



TERESINA – PI

QUEM REALIZOU

Centro de Juventude Santa Cabrini

CONTEXTO

No bairro Vila Irmã Dulce, zona sul da capital piauiense, localiza-se o Centro de Juventude Santa Cabrini, espaço socioeducativo para crianças, adolescentes, jovens e suas famílias em situação de pobreza e, portanto, mais vulneráveis à exploração e ao tráfico de pessoas. Apesar de não haver dados oficiais e investigações sistemáticas, a equipe do Centro já escutou relatos e observou casos de tráfico de pessoas para a exploração sexual e para o trabalho escravo. Tendo em vista a Copa do Mundo de 2014 a ser realizada no Brasil, o Centro realizou atividades em escolas públicas do território Sul II da cidade de Teresina a fim de prevenir o tráfico de pessoas e de debater os pontos positivos e negativos do megaevento.

JUVENTUDE INFORMADA SOBRE O TRÁFICO DE PESSOAS

Depois do grupo do projeto se reunir para discutir e alinhar as ações, a equipe visitou as escolas públicas onde pretendiam executar as atividades. Foram realizadas quatro oficinas: uma no próprio Centro de Juventude Santa Cabrini e três nas escolas municipais Maria do Socorro P. Silva, Profº Ofélio Leitão e Dom Helder Câmara para 120 alunos. Para abordar o tema, as educadoras usaram diferentes recursos didáticos como vídeos, slides, textos e materiais informativos. Elas partiram de impressões e experiências pessoais dos jovens e realizaram rodas de conversa sobre os temas. Os participantes conheceram também os órgãos e as legislações de proteção à criança e ao adolescente. De maneira lúdica, esse público pôde expressar em cartazes, desenhos, teatro de fantoches e cordel o que aprenderam nas atividades.

Para que as informações chegassem também ao restante da comunidade, os responsáveis pelo projeto criaram cartazes, faixas e panfletos informativos que foram distribuídos para a população e em escolas da rede pública de ensino.

ARTE PARA A COMUNIDADE

Com o intuito de reunir os materiais elaborados nas oficinas e valorizar o trabalho das crianças e dos jovens, foi realizada a “Exposição Artística e Cultural” das produções, à qual compareceram familiares e comunidade. Houve também contação de histórias, música, peça teatral, literatura de cordel e poesias. A festa foi encerrada com uma confraternização com todos os presentes.



LIBERDADE VEM E CANTA



ARAGUAÍNA - TO

QUEM REALIZOU

Centro Cultural Casa de Capoeira

CONTEXTO

O município de Araguaína está localizado no norte do Tocantins, região da fronteira agrícola que tem avançado sobre a floresta Amazônica. As grandes fazendas de criação de gado que cercam a cidade, a expansão do cultivo da soja e a exploração da madeira contribuem amplamente com a degradação ambiental. Além disso, muitos casos de uso de mão de obra escrava foram flagrados nas fazendas do município. Com isso em vista e levando em consideração a situação de pobreza de parte da população do município, a iniciativa “Liberdade vem e canta” deu continuidade ao processo formativo de jovens, desenvolvido em 2012 com o projeto “Vidas em liberdade” com o apoio do programa *Escravo, nem pensar!*.

LIDANDO COM OS TEMAS DO TRABALHO ESCRAVO E TRÁFICO DE PESSOAS

O grupo, composto por 40 jovens do Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) e do bairro Vila Ribeiro, reuniu-se para organizar as ações do projeto e fazer uma primeira discussão sobre o conceito de trabalho escravo contemporâneo. Um agente da Comissão Pastoral da Terra realizou um dia de formação do grupo sobre como identificar e encaminhar um caso de trabalho escravo a entidades competentes. Foram pontos de debate as causas do trabalho escravo, os procedimentos de libertação e a legislação trabalhista a partir de casos reais. Foi realizada também uma formação sobre tráfico de pessoas na qual se discutiu o fenômeno da migração, a sua relação com o trabalho escravo e as principais atividades para as quais as pessoas são traficadas.



GRUPOS DE VIGILÂNCIA CONTRA O TRABALHO ESCRAVO

O projeto teve como objetivo formar e consolidar o grupo de jovens como um vigilante contra casos de trabalho escravo. A ideia é que eles repassem informações, identifiquem e encaminhem casos de trabalho escravo nos bairros onde moram.

O grupo realizou também ações formativas, como palestras e apresentações de capoeira para a comunidade com o intuito de disseminar informações e sensibilizar a população sobre o tema. Os jovens visitaram duas escolas do município onde realizaram palestras e conversaram com professores e a direção sobre a importância de se trabalhar a temática na escola. Essas atividades também foram realizadas no Instituto Federal do Tocantins e no CRAS.

JUVENTUDE, TRABALHO E LIBERDADE



NOVA OLINDA – TO

QUEM REALIZOU

Associação de Produção Comunitária Rural (APC – Rural)

CONTEXTO

Em 2002, deu-se início à formação do grupo de jovens do Assentamento Remansão, em Nova Olinda. Porém, o grupo foi, aos poucos, perdendo força até encerrar suas atividades e reuniões em 2005, apesar de os jovens sentirem a necessidade de se organizarem para buscarem melhorias e alternativas de vida no campo. A evasão escolar é frequente, porque partem à procura de emprego em outros municípios. Desse modo, por meio de oficinas e discussões sobre alternativas econômicas para a região, o projeto buscou informá-los sobre os temas do trabalho escravo e do tráfico de pessoas e incentivar a sua organização no campo.

MOBILIZAÇÃO DA JUVENTUDE PARA RESISTÊNCIA DA COMUNIDADE

A primeira oficina buscou discutir a importância do engajamento da juventude no meio rural e apresentar as políticas públicas voltadas para o jovem camponês, com o objetivo de garantir alternativas e melhorias de vida no campo. Essa atividade contou com a participação do Centro de Referência em Assistência Social e da Pastoral da Juventude Rural. Em grupos, os participantes discutiram e levantaram as demandas dos jovens no Assentamento como implantação de Escolas Família Agrícola (EFAs), oferecimento de cursos profissionalizantes e culturais, construção de um posto de saúde, policiamento, estruturas de lazer e esporte, transporte e incentivos à agricultura familiar.

A oficina sobre trabalho escravo e tráfico de pessoas, destinada a todos os moradores do assentamento, contou com a colaboração da Comissão Pastoral da Terra de Araguaína e de uma procuradora do Ministério Público do Trabalho que abordaram os conceitos de trabalho escravo e de tráfico de pessoas, bem como as causas e consequências desses fenômenos e formas de prevenção e combate.

A atividade de encerramento do projeto contou com a participação do prefeito do município, da Secretaria Municipal de Assistência Social e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Olinda. Os moradores apresentaram as demandas levantadas na primeira oficina e pressionaram o poder público por melhorias na qualidade de vida do assentamento. Em seguida, discutiram-se os princípios da Economia Solidária e formas de sua aplicação na comunidade.

PRESERVANDO A SABEDORIA TRADICIONAL

As oficinas também buscaram capacitar os participantes para a prática laboral e preservar o conhecimento tradicional. Na oficina sobre remédios naturais, o facilitador realizou uma atividade na qual os moradores, divididos em grupos, apresentaram em cartolinas as plantas do cerrado e de que modo as utilizavam para tratar determinado tipo de doença. Assim, eles puderam aprender a partir do conhecimento do colega e resgatar os conhecimentos tradicionais para a cura de doenças. No final, foi ensinado como produzir um xarope e um vermífugo.



TRABALHO CONSCIENTE GERA RENDA



NOVA OLINDA – TO

QUEM REALIZOU

Maria Dartecléa Cordeiro da Silva e Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Nova Olinda

CONTEXTO

O município de Nova Olinda, localizado ao sul da cidade de Araguaína, tem a pecuária como uma das principais atividades econômicas. E são justamente nas fazendas de gado em que os casos de aliciamento e uso de mão de obra escrava são frequentes. Diante disso, a educadora Maria Dartecléa Cordeiro da Silva procurou desenvolver, em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, atividades alternativas de geração de renda com 35 trabalhadores rurais do município. Além de informações sobre trabalho escravo, tráfico de pessoas e alternativas de geração de renda, foram realizadas ações de fomento à atividade agrícola.

INFORMAÇÃO PARA PREVENÇÃO

Os moradores do assentamento Água Branca foram convidados para participar das oficinas sobre trabalho escravo e tráfico de pessoas, que aconteceram na sede do sindicato e nas visitas às comunidades e foram realizadas por educadores populares e lideranças da comunidade. Durante as oficinas, os temas foram debatidos a partir a história de vida dos participantes. Eles contaram sobre as promessas falsas de emprego em outros municípios e discutiram sobre a necessidade de saírem em busca de trabalho. Houve também exibição de vídeos e distribuição de materiais informativos sobre tráfico de pessoas e trabalho escravo.

Os jovens do assentamento também foram envolvidos no projeto. Com eles, foram discutidos os seus planos e sonhos, e apresentadas as políticas públicas voltadas ao jovem do campo. Ao final do projeto, foi formado um grupo de jovens rurais no município com o intuito de organizá-los para que busquem alternativas e melhorias de vida no campo.



EMPREENDIMENTO COLETIVO COMO GERAÇÃO DE RENDA ALTERNATIVA

Também na sede do sindicato, houve uma oficina sobre a criação de galinha caipira melhorada. Além de socializar a técnica de criação com os moradores, que mostraram que os custos para colocar o projeto em prática são baixos, o intuito da oficina foi discutir a importância do trabalho coletivo como gerador de renda.

Após a reunião, os participantes construíram uma unidade demonstrativa de criação, que se tornou o primeiro empreendimento coletivo do assentamento.

SOBRE O PROGRAMA ESCRAVO, NEM PENSAR!

O *Esravo, nem pensar!* (ENP!) é o primeiro programa educacional de prevenção ao trabalho escravo a atuar em âmbito nacional. Coordenado pela Repórter Brasil*, desde 2004 o ENP! atua em comunidades em áreas de alta vulnerabilidade socioeconômica, suscetíveis a violações de direitos humanos como o trabalho escravo e o tráfico de pessoas.

Suas ações já alcançaram mais de 130 municípios em nove estados brasileiros, beneficiando mais de 200 mil pessoas. O programa também foi incluído nominalmente na segunda edição do Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo e consta como meta ou ação de planos estaduais, como os do Maranhão, Mato Grosso, Pará, Tocantins.

***SOBRE A REPÓRTER BRASIL**

A Repórter Brasil foi fundada em 2001 por jornalistas, cientistas sociais e educadores com o objetivo de fomentar a reflexão e ação sobre a violação aos direitos fundamentais dos povos e trabalhadores do campo no Brasil. Devido ao seu trabalho, tornou-se uma das mais importantes fontes de informação sobre trabalho escravo no Brasil. Suas reportagens, investigações jornalísticas, pesquisas e metodologias educacionais têm sido usadas por lideranças do poder público, do setor empresarial e da sociedade civil como instrumentos para combater a escravidão contemporânea, um problema que afeta milhares de brasileiros.



Esta publicação apresenta 14 projetos, que foram dedicados ao combate do tráfico de pessoas e do trabalho escravo e desenvolvidos pela comunidade escolar e outras entidades locais de 11 municípios de sete estados do país.

Os projetos comunitários de 2013 foram apoiados pelo programa educacional Escravo, nem pensar!, da ONG Repórter Brasil por meio do 7º Fundo de Apoio a Projetos do programa, em parceria com o Ministério Público do Trabalho.



REALIZAÇÃO



APOIO

